



Conflitos e Convergências da Geografia

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Conflitos e Convergências da Geografia

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant'Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C748 Conflitos e convergências da geografia [recurso eletrônico] /
Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2019. – (Conflitos e Convergências da
Geografia; v. 1)

Formato: PDF
Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7247-320-0
DOI 10.22533/at.ed.200191504

1. Geografia – Pesquisa – Brasil. 2. Geografia humana.
I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini. II. Série.

CDD 910.7

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Conflitos e Convergências da Geografia - Volume 1. É com imensa satisfação que apresento a Coletânea intitulada – “Conflitos e Convergências da Geografia” (Volume 1), cuja diversidade regional, teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de quatorze estados de todas as regiões brasileiras, com a contribuição de professores e pesquisadores oriundos de vinte e quatro instituições; sendo vinte e duas públicas (Universidades Estaduais, Universidades Federais, Institutos Federais e Secretarias Estaduais da Educação) e duas instituições particulares (Colégio de Ensino Médio e Centro Universitário). Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento na área de Geografia em consonância com a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica.

A Coletânea está organizada a partir de dois enfoques temáticos: o primeiro versa sobre os dilemas, conflitos, convergências e possibilidades para compreender o campo brasileiro e suas conceituações e contradições vigentes. O segundo retrata alguns panoramas sobre o Ensino de Geografia, a formação de professores, a reforma curricular (leia-se: BNCC – Base Nacional Comum Curricular) em andamento no país e algumas linguagens e práticas advindas do trabalho docente em sala de aula, sobremaneira, na Educação Básica.

Em relação às contribuições inerentes a Geografia Agrária salienta-se que as mesmas estão dispostas a partir das pesquisas sobre o Centro-Sul, Nordeste e Amazônia. Todavia, algumas contribuições extrapolam esses recortes como exemplo, o debate teórico-metodológico sobre campesinato x agricultura familiar, pluriatividade, expansão da mineração, produção orgânica, assentamentos rurais, desenvolvimento rural, conflitos por água no campo, questão indígena e Educação do Campo.

Esperamos que as análises publicadas nessa Coletânea da Atena Editora propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates geográficos para desvendar os caminhos e descaminhos da realidade brasileira, latino-americano e mundial.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
Montes Claros-MG
Outono de 2019

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ESTADO CAPITALISTA E CAMPESINATO	
Alysson André Oliveira Cabral Ivan Targino Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2001915041	
CAPÍTULO 2	10
AGRICULTURA FAMILIAR COMO ATIVIDADE PRODUTIVA	
Fabrícia Carlos da Conceição Ana Ivânia Alves Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.2001915042	
CAPÍTULO 3	23
O DESENVOLVIMENTO DA PLURIATIVIDADE E DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS NOS BAIROS RURAIS DO POSTE E CAXAMBÚ NO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ -SP	
Tamires Regina Rocha Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol Alan da Silva Vinhaes	
DOI 10.22533/at.ed.2001915043	
CAPÍTULO 4	40
ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA AGROPECUÁRIA E DAS RURALIDADES EM DISTRITOS MUNICIPAIS: OS EXEMPLOS DE JAMAICA E JACIPORÃ (DRACENA/ SP)	
Maryna Vieira Martins Antunes Rosângela Ap. de Medeiros Hespanhol	
DOI 10.22533/at.ed.2001915044	
CAPÍTULO 5	57
A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - MICROBACIAS II – ACESSO AO MERCADO - NOS MUNICÍPIOS DE DRACENA E PRESIDENTE VENCESLAU - SP	
Alan da Silva Vinhaes Antonio Nivaldo Hespanhol Tamires Regina Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.2001915045	
CAPÍTULO 6	73
AS DINÂMICAS MIGRATÓRIAS SOB INFLUÊNCIA DA MULTIFUNCIONALIZAÇÃO NO ESPAÇO RURAL: O ESTUDO DA MICROBACIA DO PITO ACESO EM BOM JARDIM-RJ	
Renato Paiva Rega Ricardo Maia de Almeida Junior	
DOI 10.22533/at.ed.2001915046	

CAPÍTULO 7	83
MINERAÇÃO: ASFIXIA DA AGRICULTURA FAMILIAR E CONFLITOS TERRITORIAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA	
Maria José Andrade da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.2001915047	
CAPÍTULO 8	95
VITIVINICULTURA ORGÂNICA NO RIO GRANDE DO SUL: A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE UVA, VINHO E SUCO EM COTIPORÃ E DOM PEDRITO	
Vinício Luís Pierozan Vanessa Manfio Rosa Maria Vieira Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.2001915048	
CAPÍTULO 9	109
AS DIFICULDADES E AS POSSIBILIDADES DE PROMOVER NOVAS TERRITORIALIDADES EM TERRITÓRIOS TRADICIONAIS: ANÁLISE DO ASSENTAMENTO NOVO ALEGRETE – RS	
Suelen de Leal Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.2001915049	
CAPÍTULO 10	124
A QUESTÃO INDÍGENA EM AMAMBAI-MS: UMA ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO E DA ATUAL RELAÇÃO DOS GUARANI-KAIOWÁ COM O COMÉRCIO LOCAL	
Leonardo Calixto Maruchi	
DOI 10.22533/at.ed.20019150410	
CAPÍTULO 11	134
ANÁLISE DO PISF (PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO) À LUZ DA GEOGRAFIA POLÍTICA APLICADA AOS RECURSOS HÍDRICOS	
Victoria Nenow Barreto	
DOI 10.22533/at.ed.20019150411	
CAPÍTULO 12	142
GEOGRAFIA DA DISPERSÃO ECONÔMICA DO PRONAF NO MARANHÃO	
Vanderson Viana Rodrigues Ademir Terra	
DOI 10.22533/at.ed.20019150412	
CAPÍTULO 13	153
ESPACIALIDADE DA SOJA: ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA PRODUÇÃO EM VILHENA/RO	
Tiago Roberto Silva Santos Helen Soares Vitória Eduardo Helison Lucas Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.20019150413	

CAPÍTULO 14	165
ANÁLISE DOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA - AMAPÁ	
Alexandre Pinheiro de Freitas Daguinete Maria Chaves Brito	
DOI 10.22533/at.ed.20019150414	
CAPÍTULO 15	180
A A B O R D A G E M T E R R I T O R I A L N A S P O L Í T I C A S P Ú B L I C A S D E D E S E N V O L V I M E N T O R U R A L N O B R A S I L E E M P O R T U G A L	
Paulo Roberto Rosa Marcos Pereira Campos	
DOI 10.22533/at.ed.20019150415	
CAPÍTULO 16	190
A D I N Â M I C A N E O E X T R A T I V I S T A D A V A L E S . A . E N T R E O D E S E N V O L V I M E N T O S U S T E N T Á V E L E A A C U M U L A Ç Ã O P O R E S P O L I A Ç Ã O	
Guilherme Magon Whitacker	
DOI 10.22533/at.ed.20019150416	
CAPÍTULO 17	206
O D E B A T E D O S / D A S T E R R I T Ó R I O S / T E R R I T O R I A L I D A D E S N A L I C E N C I A T U R A E M E D U C A Ç Ã O D O C A M P O : R E F L E X Õ E S S O B R E A D I S C I P L I N A D E “ G E O - H I S T Ó R I A E T E R R I T O R I A L I D A D E S D E M S ”	
Rodrigo Simão Camacho	
DOI 10.22533/at.ed.20019150417	
CAPÍTULO 18	219
O C A R Á T E R P O L Í T I C O D O D I S C U R S O S O B R E O E N S I N O : D E S A F I O S P A R A A F O R M A Ç Ã O C R Í T I C A E I N T E G R A L N O E N S I N O M É D I O	
Carlos Marcelo Maciel Gomes Márcio dos Reis Santos	
DOI 10.22533/at.ed.20019150418	
CAPÍTULO 19	228
A S E S P A C I A L I D A D E S D A R E F O R M A D O E N S I N O M É D I O E M A R A G U A Í N A - T O (2 0 1 7 - 2 0 1 8) : L I M I T E S E R E C U O S	
Antonio Jadson Rocha Sousa Vanda Balduino dos Santos Antônia Alves dos Santos Agenor Neto Cabral da Cruz Dirceu Ferraz de Oliveira Júnior Fátima Maria de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.20019150419	

CAPÍTULO 20	234
A EXCLUSÃO DO DEBATE DE GÊNERO(S) DO PNE (2014) À BNCC (2017) E SEUS REFLEXOS NO PME/ARAGUAÍNA-TO (2015)	
Osmar Oliveira de Moura Fátima Maria de Lima Luciane Cardoso do Nascimento Rodrigues Patrícia Fonseca Dias Miranda	
DOI 10.22533/at.ed.20019150420	
CAPÍTULO 21	241
O CINEMA DE JORGE FURTADO E OS DEVIRES DE UMA SALA DE AULA EM TRANSFORMAÇÃO: A AULA DE GEOGRAFIA COMO COMUNIDADE DE CINEMA	
Gilberto de Carvalho Soares	
DOI 10.22533/at.ed.20019150421	
CAPÍTULO 22	249
INCURSÃO NO PROGRAMA TELECENTROS.BR: UMA ANÁLISE DA POTENCIALIDADE DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO EM CONTEXTO FORMATIVO	
Jean da Silva Santos Ana Margarete Gomes da Silva Lorena Silva de Oliveira Souza	
DOI 10.22533/at.ed.20019150422	
CAPÍTULO 23	262
FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM GEOGRAFIA: POLÍTICAS PÚBLICAS E A CONSTRUÇÃO DAS PALAVRASMUNDO	
Marcos Aurelio Zanlorenzi Neusa Maria Tauscheck	
DOI 10.22533/at.ed.20019150423	
CAPÍTULO 24	272
ENSINO PÚBLICO E PRIVADO:AVANÇOS E CONTRADIÇÕES	
Marbio Pereira de Almeida Maikon Geovane Oliveira Vila Nova Gilvânia Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.20019150424	
SOBRE O ORGANIZADOR	280

AS ESPACIALIDADES DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO EM ARAGUAÍNA-TO (2017-2018): LIMITES E RECUOS

Antonio Jadson Rocha Sousa

Universidade Federal do Tocantins (UFT),
Câmpus Araguaína-TO

Vanda Balduino dos Santos

Colégio Estadual Guilherme Dourado, Araguaína-
TO

Antônia Alves dos Santos

Centro de Ensino Médio (CEM) Paulo Freire,
Araguaína –TO.

Agenor Neto Cabral da Cruz

Faculdade Dom Orione e do Colégio Santa Cruz,
Araguaína-TO

Dirceu Ferraz de Oliveira Júnior

Secretaria Municipal de Educação (SEMED),
Araguaína-TO

Fátima Maria de Lima

Universidade Federal do Tocantins (UFT),
Câmpus Araguaína –TO

RESUMO: A reforma do ensino médio realizou-se através da Medida Provisória nº 746/2016 transformada na Lei nº 13.415/2017. A presente pesquisa tem como objetivo geral: compreender o processo de implantação da reforma do Ensino Médio em Araguaína-TO (2017-2018). Os objetivos específicos são: relatar as condições da implantação da reforma do Ensino Médio em Araguaína-TO de forma vertical; comparar a implantação dessa reforma em 02 (duas) Escolas Estaduais, em 01 (uma) Escola Confessional e em 01 (uma) Instituição

Federal, em Araguaína - TO; avaliar os limites e os recuos da reforma para o Ensino Médio nesta cidade, principalmente nas instituições em estudo; analisar o espaço reservado no currículo do Ensino Médio para o estudo da Geografia, nas instituições aqui pesquisadas. É um tema, que apresenta relevância acadêmica e social, tanto local quando nacionalmente. Trata-se de um Estudo de Caso, de tipo qualitativo e exploratório. Tem-se como resultado provisório desta investigação que a implantação da reforma do Ensino Médio em Araguaína-TO, ocorre de forma vertical, ou seja, via Ministério da Educação, Secretaria Estadual de Educação do Tocantins, Diretoria Regional de Ensino de Araguaína - TO e instituições de ensino, sem dialogar satisfatoriamente com a comunidade docente, contrariando assim, o princípio constitucional de gestão democrática da educação pública. Verificou-se também que uma das escolas estaduais encerrou a oferta de Ensino Médio, noturno. Esta pesquisa encontra-se em andamento, portanto, apresenta resultados preliminares.

PALAVRAS-CHAVE: Reforma. Ensino Médio. Currículo. Geografia.

ABSTRACT: The high school reform was carried out through Provisional Measure nº 746/2016 transformed into Law nº 13.415/2017. The present research has as general objective:

to understand the process of implementation of the High School reform in Araguaína-TO (2017-2018). The specific objectives are: to report the conditions of the implementation of the high school reform in Araguaína-TO vertically; compare the implementation of this reform in 02 (two) State Schools, 01 (one) Confessional School and 01 (one) Federal Institution, in Araguaína - TO; to evaluate the limits and setbacks of the reform for High School in this city, especially in the institutions under study; to analyze the space reserved in the curriculum of High School for the study of Geography, in the institutions researched here. It is a theme that presents academic and social relevance, both locally and nationally. This is a study case of a qualitative and exploratory nature. It is a provisional result of this investigation that the implementation of the high school reform in Araguaína-TO occurs vertically, that is, through the Ministry of Education, State Secretariat of Education of Tocantins, Executive Board of Education and educational institutions, without a satisfactory dialogue with the teaching community, thus contradicting the constitutional principle of democratic management of public education. It was also verified that one of the State Schools shutted down the offer of High School, at night. This research is in progress, therefore, presents preliminary results.

KEYWORDS: Reform. High school. Curriculum. Geography.

1 | INTRODUÇÃO

A reforma do ensino médio brasileira deu-se através da Medida Provisória (MP) nº 746/2016 (BRASIL, 2016), que foi transformada na Lei nº 13.415/2017 (BRASIL, 2017), em 16 de fevereiro de 2017. A rapidez na aprovação desta Lei e o seu processo de execução de forma vertical é algo questionável, o que demanda estudos sobre as suas espacialidades e suas especificidades, principalmente em Araguaína –TO que situa-se em uma das fronteiras agrícolas do agronegócio na região Norte do Brasil. Trata-se, portanto, de um tema de estudo, que apresenta relevância acadêmica e social, em termos locais e nacionais.

Tem-se como arcabouço teórico e metodológico autores/as como: Gentili (1995), Gentili; Silva (1999), Libâneo; Oliveira; Toschi (2003); Motta; Frigotto (2017), Ramos; Frigotto (2016), Saviani (2002) e Tocantins (2015), que abordam as reformas produtivas e seus reflexos nas políticas educacionais no espaço brasileiro e mundial e os documentos oficiais que tratam do assunto: Brasil (1988, 1996, 2014, 2016 e 2017).

Trata-se, portanto, de uma pesquisa em andamento, que apresenta aqui, resultados provisórios desta investigação, que terá continuidade ao longo do ano letivo de 2019.

2 | OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Compreender o processo de implantação da reforma do Ensino Médio na cidade de Araguaína-TO, em especial suas espacialidades e suas peculiaridades (2017-2018).

2.2 Objetivos específicos

Relatar as condições da implantação da reforma do Ensino Médio em Araguaína-TO.

Comparar a implantação desta reforma em 02 (duas) Escolas Estaduais, em 01 (uma) Confessional e em 01 (uma) Instituição Federal de Ensino, na cidade de Araguaína - TO (2017-2018).

Avaliar os limites e os recuos da reforma para o Ensino Médio em Araguaína – TO, principalmente nas instituições de ensino em estudo.

Analisar o espaço reservado no currículo para o ensino de Geografia, na etapa final da educação básica, nas instituições aqui pesquisadas (2017-2018).

3 | METODOLOGIA

Trata-se de um Estudo de Caso. Nele busca-se fazer um estudo qualitativo e exploratório (GIL, 2002). Para a realização deste estudo escolheram-se 04 (quatro) instituições de ensino, que ofertam Ensino Médio em Araguaína-TO (2017-2018). Entre elas, 02 (duas) são estaduais, sendo que, 01 (uma) delas, se encontra em processo de transformação para Escola de Tempo Integral, denominada aqui de Instituição “A”, e a outra, Estadual, que não funciona em tempo integral, nomeada nesta investigação de Instituição “B”. Um Colégio Confessional, denominado neste estudo de Instituição “C”. E, ainda, uma Instituição Federal denominada, para esta pesquisa, de Instituição “D”. A escolha destas instituições de ensino ocorreu devido às possibilidades de acesso para executar as pesquisas empíricas e documentais nelas.

Iniciou-se a pesquisa através de um levantamento documental e bibliográfico sobre o tema. Realizou-se pesquisa empírica, no período 30 de março a 18 de junho, nas instituições aqui elencadas. Realizou-se também, grupo de diálogos com docentes do Ensino Médio destas instituições de ensino, no período de 14 de maio a 18 de junho do corrente ano, no Campus de Araguaína-TO, acerca dos reflexos e implicações da reforma do Ensino Médio nessas instituições.

Portanto, de posse das fontes levantadas até o presente, fez-se esta análise provisória, através da escrita deste resumo expandido. Lembra-se, contudo que a pesquisa terá continuidade ao longo do ano letivo de 2019, momento em que se realizará uma análise mais densa da problemática levantada, com base nas fontes levantadas e consultadas.

4 | RESULTADOS PRELIMINARES

Tem-se como resultado provisório, que a implantação da reforma do Ensino Médio em Araguaína-TO, ocorre de forma vertical, ou seja, via Ministério da Educação (MEC), Secretaria Estadual de Educação do Tocantins (SEDUC-TO), Diretoria Regional de Ensino de Araguaína - TO (DREA-TO) e instituições de ensino, com um ínfimo diálogo como a comunidade docente, contrariando assim, o princípio constitucional de gestão democrática da educação pública (BRASIL, 1988).

Verificou-se que nos Colégios Estaduais pesquisados, em especial no denominados de Instituição “B”, houve alteração na carga horária anual do curso de Ensino Médio regular de tempo parcial, isto é, das três séries do curso médio anuais. A carga horária total passou de 2480 horas anuais para 3000 horas anuais, ou seja, houve um aumento de 1000 horas anuais, para cada série do Ensino Médio, respectivamente sem, no entanto, ter ocorrido ampliação da estrutura física da escola, bem como contratação de novos/as docentes.

Já o Colégio Estadual, chamado aqui de Instituição “A”, encontra-se em processo de implantação do curso de Ensino Médio em regime de tempo integral. Ele aumentou sua carga horária total de 2480 horas anuais do ensino médio regular, ou seja, das três séries, para 5400 horas anuais para o curso de Ensino Médio em regime de tempo integral, que funcionará nos horários matutino e vespertino, respectivamente.

Constatou-se também que, na Instituição “A”, o curso de Ensino Médio em tempo parcial encontra-se em processo de encerramento e a carga horária das turmas, ainda em funcionamento foi alterada de 800 horas anuais para 1000 horas anuais. Esta instituição encerrou a oferta de Ensino Médio noturno e, conseqüentemente, não funciona neste horário, pois o horário noturno foi fechado.

Averiguou-se de forma provisória, que o Colégio Confessional, nomeado aqui de Instituição “C”, alterou sua carga de 3880 anuais, dividida entre as três séries do Ensino Médio anuais, para 4640 anuais. Percebe-se que a carga horária anual desta instituição, antes e após a reforma do Ensino Médio feita pelo MEC, já era superior e continua maior que aquela proposta pela Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 (BRASIL, 2017).

Verificou-se ainda que, na Instituição Federal, nomeada nesta pesquisa de Instituição “D”, encontra-se em um processo de debate sobre o currículo do Ensino Técnico, de nível médio integrado e subsequente.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo revela-nos, preliminarmente, que a reforma do ensino em processo de implantação tende a reduzir a oferta de Ensino Médio nas Escolas Estaduais de Araguaína –TO. O que poderá afetar a oferta de Ensino Médio para os/as os jovens e adultos/as trabalhadores/as.

Em relação à Instituição Confessional, é interessante avaliar o seu currículo, antes e após a reforma do Ensino Médio para analisar os impactos que possam ter havido quando desta reforma.

A Instituição Federal requer um estudo sobre as concepções de Ensino Médio Técnico para entender como ela o define e como o MEC, o define para as escolas estaduais brasileiras.

Portanto, preliminarmente é interessante sinalizar que o fechamento de turmas de Ensino Médio noturno, das Escolas Estaduais, poderá contribuir para a diminuição do número de candidatos/as a ingressar no Ensino Superior, seja nas licenciaturas, seja nos demais cursos superiores, sobretudo na cidade de Araguaína-TO. Será que o Ensino Superior vai encerrar suas portas também?

Percebe-se, assim, que as metas do PNE (2014-2024) (BRASIL, 2014) e do PEE-TO (2015-2025) (TOCANTINS, 2015) para a Educação Superior e para a Educação Básica respectivamente, estão sendo prejudicadas devido à implantação da reforma do Ensino Médio na atualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. In: **Palácio do Planalto**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 12 jan. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Alterada pela Medida Provisória Nº 746/2016. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: **Palácio do Planalto**, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 06 mar. 2018.

_____. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. In: **Palácio do Planalto**, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. Convertida na Lei nº 13.415, de 2017. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. In: **Palácio do Planalto**, 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

_____. Lei nº 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017. Reforma do Ensino Médio. In: **Palácio do Planalto**, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 10 mar. 2018.

GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GENTILI, Pablo; SILVA (Orgs.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. 8 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar**:

políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2003.

MOTTA, Vânia Cardoso da; FRIGOTTO, Gaudêncio. Por que a urgência da reforma do ensino médio? Medida Provisória Nº 746/2016 (Lei Nº 13.415/2017). In: **Educ. Soc.** Campinas, SP, v. 38, nº. 139, abr.-jun., 2017, p. 355 -372. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00355.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

RAMOS; Marise Nogueira; FRIGOTTO, Gaudêncio. Medida Provisória 746/2016: A Contra-Reforma do Ensino Médio do Golpe de Estado de 31 de agosto de 2016. In: **Revista HISTEDBR On-line.** Campinas, SP, n. 70, p. 30-48, dez. 2016 – ISSN: 1676-2584. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8649207>>. Acesso em: 06 mar. 2018.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

TOCANTINS. Lei n. 2.977, de 8 de julho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação do Tocantins - PEE/TO (2015-2025), e adota outras providências. In: **Diário Oficial** (Palmas, Estado do Tocantins), Ano XXVII, n. 4.411, 09 jul. 2015, p.2-22. Disponível em: < <https://central3.to.gov.br/arquivo/240524/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

SOBRE O ORGANIZADOR

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) pela PUC -Campinas, Mestre e Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor do Departamento de Geociências e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PPGEO na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e Agrários (NEPRA-UNIMONTES) e o Subprojeto de Geografia -"Cinema, comunicação e regionalização" no âmbito do PIBID/CAPES. Exerce também a função de Coordenador Didático do Curso de Bacharelado em Geografia-UNIMONTES. Tem experiência na área de Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Agrária, Regularização Fundiária, Amazônia, Ensino de Geografia, Educação do Campo e Conflitos Socioambientais e Territoriais. Participação como avaliador no Programa Nacional do Livro e do Material Didático-PNLD de Geografia e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vinculado ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). É autor e organizador das seguintes obras: No chão e na Educação: o MST e suas reformas (2011), Cenas & cenários geográficos e históricos no processo de ensino e aprendizagem (2013), Práticas de Ensino: Teoria e Prática em Ambientes Formais e Informais (2016), Geografia Agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais (2016), Geografia Agrária em debate: das lutas históricas às práticas agroecológicas (2017), Atlas de Conflitos na Amazônia (2017), Serra da Canastra território em disputa: uma análise sobre a regularização fundiária do Parque e a expropriação camponesa (2018) entre outras publicações.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-320-0

